

## O Desafio da Emancipação Humana na Educação de Jovens e Adultos a Partir dos Postulados de Paulo Freire

### *The Challenge of Human Emancipation in the Education of Young People and Adults from Paulo Freire's Postulates*

Charles Lamartine de Sousa Freitas<sup>1</sup>  
Rosilene da Costa Bezerra Ramos<sup>2</sup>

**Resumo:** O ensaio teórico-reflexivo tem como objeto de discussão uma reflexão sobre a relação entre a alfabetização de jovens e adultos e o sentido da educação emancipatória a partir dos postulados de Paulo Freire, educador brasileiro que trouxe uma nova visão de educação, caracterizada como revolucionária. Uma análise das políticas públicas de EJA, com destaque para a alfabetização de adultos na década de 1990 até os dias atuais, é apresentada com o objetivo de compreender como a descontinuidade e fragilidade de tais políticas têm sido um entrave para o desenvolvimento de projetos educativos de escolarização inicial e continuada, cúmplices do compromisso da formação e emancipação dos sujeitos. Destaca-se no texto o significado de emancipação em Freire como humanização do oprimido e superação dos seus condicionamentos históricos. Apresenta a educação de jovens e adultos pautada no diálogo e problematização como um ato político, agente de conscientização e potencializadora da emancipação do ser.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos. Paulo Freire. Emancipação.

**Abstract:** The theoretical-reflective essay has as its object of discussion a reflection on the relationship between the literacy of young people and adults and the meaning of emancipatory education based on Paulo Freire's postulates, a Brazilian educator, who brought a new vision of education, characterized as revolutionary. An analysis of Youth and Adult Education (EJA) public policies, with emphasis on adult literacy from the 90's to the present day, is presented to understand how the discontinuity and

<sup>1</sup> Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), na área de Filosofia e História da Educação. Diretor Acadêmico da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte (FCRN). E-mail: charles.lamartine@gmail.com.

<sup>2</sup> Mestra em Educação (POSEDUC/UERN). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Memória, (Auto) Biografia e Inclusão (GEPEMABI) Faculdade de Educação/UERN. E-mail: rosilenerb@hotmail.com

fragility of such policies have been an obstacle to the development of educational projects of initial and continued schooling, collaborators in the commitment of training and emancipation of the adults. According to Freire, the text highlights the meaning of emancipation as the humanization of the oppressed and overcoming their historical conditions. It presents the education of young people and adults based on dialogue and problematization as a political act, an agent of awareness, and enhancing human emancipation.

**Keywords:** Youth and Adult Education. Paulo Freire. Emancipation.

## **1 Histórico das Políticas de Alfabetização de Jovens e Adultos no Brasil: uma retrospectiva**

Na esteira da história da Educação de Jovens e Adultos o nosso destino primeiro é a discussão das políticas públicas, com destaque para a alfabetização de adultos, seguido pela visitação na forma como as referidas políticas são tratadas da década de 1990 até os dias atuais. Nesse percurso, faremos uma breve incursão pelos dispositivos legais - *A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96)* - e sobre as ações e programas de alfabetização desenvolvidos nesse período.

O recorte temporal da discussão tem como foco o universo histórico e as políticas de alfabetização de Jovens e Adultos na modalidade de EJA. Justifica-se ainda pelo registro, na década de 1990, de uma mobilização internacional em favor da alfabetização e educação de jovens e adultos. Essa mobilização e os acordos entre os povos através das conferências internacionais impulsionaram a legislação brasileira a reconhecer a EJA como uma modalidade da educação básica nas etapas do ensino fundamental e médio com especificidade própria. Reconhecimento responsável pelo fortalecimento das políticas para a EJA no campo da legislação brasileira.

Para o momento, não é pretensão desenvolver uma investigação sobre como as políticas públicas de EJA se constituem no contexto da história da educação brasileira. O foco é um debruçar sobre as políticas de alfabetização de jovens e adultos a partir da *Conferência de Jomtien*, cujo tema foi Educação para Todos<sup>3</sup>. Realizado na Tailândia, no ano de 1990, o evento destacou a Educação de Jovens e Adultos como central na superação dos desafios sociopolíticos do século XXI, definiu que a alfabetização não poderia ser separada das necessidades básicas de aprendizagem e discutiu a importância do tratamento de questões curriculares na

<sup>3</sup> O documento na íntegra está disponível em:

<<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291>>. Acesso em: 22 jul. 2017.

Educação de Jovens e Adultos. O que significou um dos marcos na definição de diretrizes e metas educativas para vários países e nos novos rumos da educação mundial.

A partir da *Conferência de Jomtien* a educação começou a ter um novo enfoque: a universalização da educação básica. O documento, com dez artigos, elaborado ao final da conferência, privilegiou a promoção da satisfação das necessidades básicas de aprendizagens e a educação básica como prioridade. A educação foi, assim, conclamada a tornar-se universal, de qualidade e ao longo da vida. O compromisso firmado com a Universalização do acesso à educação, objetivo tratado no Artigo 3º da *Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien – 1990)*, representou um importante ganho do evento.

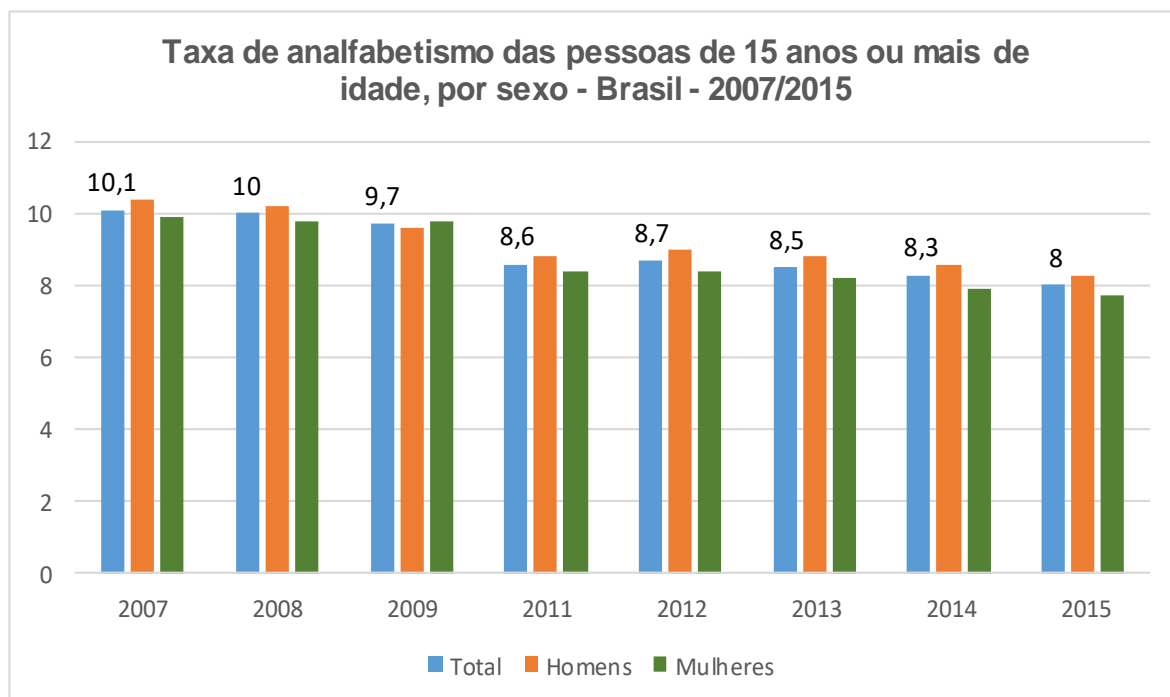
O reconhecimento da necessidade de a educação básica ser proporcionada a todas as crianças, jovens e adultos, exerceu influência na legislação brasileira. Inspirada nos ares de *Jomtien*, a *Lei de Diretrizes e Bases (LDB) - Lei nº 9.394/1996* ratifica o direito público e subjetivo à educação, garantido pela Constituição Federal. Na mesma linha de raciocínio, o *Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei n. 10.172/2001* resguardava em seu desenho final os objetivos da educação para todos. Dos seis objetivos apresentados no referido PNE, dois eram destinados ao acesso equitativo e à qualidade da educação de jovens e adultos.

Nos caminhos e trilhas das discussões dos sujeitos comuns, apontamos, nas linhas de sua história a dimensão do direito à educação. Para o enfoque da realidade educacional no Brasil, de 2007 a 2015, o *Gráfico 01*, a seguir, registra os dados do analfabetismo entre pessoas de 15 anos ou mais, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios<sup>4</sup> (Pnad) e revelam uma estimativa relevante de pessoas não alfabetizadas. Estatísticas reveladoras de uma forma de exclusão.

---

<sup>4</sup> Pesquisa realizada pelo IBGE. Disponível em: <<http://brasilemsintese.ibge.gov.br>>. Acesso em: 19 jul. 2017.

**Gráfico 1** - Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por sexo – Brasil 2007/2015.



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2007/2015).

Como afirma Vale (2008, p. 13), “não saber ler e escrever constitui a marca da desvalorização social e cultural. Numa sociedade em que a classe dominante valoriza o padrão culto de linguagem escrita e falada, o não domínio adequado da Língua Pátria significa fator de discriminação social, cultural e ético”. Os sujeitos alijados do direito à educação veem suas oportunidades diminuídas no mundo do trabalho, na inserção social, cultural e na dimensão humana. Em relação a esses preconceitos um alerta de Freire (1996, p. 20) não pode deixar de ser registrado: “Práticas preconceituosas de raça, de classe, de gênero, ofendem a subjetividade do ser humano e negam radicalmente a democracia”.

Esse contexto é um desafio para a tessitura de muitos fios sobre esses homens e mulheres. Sujeitos para além dos números, eles não apenas compõem uma estatística. São pessoas com marcas históricas, com toda uma teia de experiências, de valores, de saberes, de formas, que articulam suas práticas e suas ações no forjar do cotidiano. Sujeitos capazes de tecer seu caminho e sua trajetória.

O direito à educação está no âmbito do direito fundamental. No perfazer de uma linha cronológica das Políticas Públicas<sup>5</sup> de Alfabetização de Jovens e Adultos no Brasil a opção caminha por situar a educação como um direito social garantido em dispositivos legais, como a Constituição de 1988, considerada por muitos estudiosos da área um marco, haja vista ter ampliado o dever do estado para com a EJA.

O texto original da *Constituição de 1988*, em seu artigo 208, inciso I, expressa: “Ensino Fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria” (BRASIL, 1988, p. 85). Em seu artigo 60, da Disposições Transitórias, ainda faz menção ao compromisso com a eliminação do analfabetismo.

Os citados avanços sofreram retrocessos a partir das constantes alterações no texto, por meio da *Emenda Constitucional Nº 233 (PEC 233)*, transformada em Projeto de Lei 92/96.”, que além de alterar o quesito obrigatoriedade do poder público ainda excluiu o compromisso com a eliminação do analfabetismo, ao suprimir o artigo 60 das Disposições Transitórias.

Um novo fio se entrecruza na trama árdua da luta pelo direito à educação para todos. No ano de 1990, foi realizada, na Tailândia, a *Conferência Mundial de Educação para Todos* que “reuniu representantes de governos de 115 países, entre os quais estava representado o Brasil” (UNESCO, 2008, p. 26). Na oportunidade, a educação foi defendida como base do desenvolvimento humano.

Essa conferência proclamou, através do artigo 3º da Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, universalização do acesso à educação e promoção da equidade, reconhecendo que a educação básica deve ser proporcionada a todas as crianças, jovens e adultos. O documento discute o processo de aprendizagem na perspectiva dos quatro pilares da educação: saber ser, saber fazer, saber conviver e saber

---

<sup>5</sup> Normalmente, políticas públicas são compreendidas como ações realizadas pelo Estado, através de mecanismos diversos que podem variar desde planos, programas e projeto, até incentivos ou inibições. Nessa perspectiva, o que melhor expressa esses mecanismos é o aparato jurídico, representado por lei e normas. É mais correto, no entanto, entender políticas públicas como uma junção das iniciativas do Estado, ou melhor, da sociedade política com as ações e pressões da sociedade civil organizada, que se dirigem ao Estado para cobrar a garantia de direitos ou implementá-los por meio de outras alternativas. No caso das políticas de Educação de Jovens e Adultos, em particular, é muito importante ter em vista, simultânea ou comparativamente, essa dialética entre poderes, ou seja, entre a sociedade política e a sociedade civil organizada (FAVERO, 2011, p. 29).

conhecer, apresentados no Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional para a Educação do Século XXI<sup>6</sup>.

A Conferência Mundial de Educação para todos significou um marco para a EJA brasileira. Como consequência do reconhecimento do fracasso das campanhas de alfabetização e das necessidades formativas frente à rápida transformação no âmbito econômico, tecnológico e no campo das comunicações, a alfabetização e a educação dos adultos passaram a ser tratadas como parte integrante da Educação Básica.

Influenciado pelos princípios da referida conferência, o Brasil aprovou a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394/96*. Em seu artigo 37, seção V, capítulo II, o documento apresenta a EJA como modalidade da Educação Básica. Em contrapartida, a nova LDB não discute ou inclui a questão do analfabetismo. No ano de 1991, o país apresentava uma taxa de 20% de analfabetos, o que correspondente a 19 milhões de pessoas com 15 anos ou mais.

A década de 1990, cerne deste estudo, nos seus primeiros anos foi marcada pela efervescência da abertura política do país e a volta da democracia. Nesse cenário, o Brasil tornou-se um espaço cheio de esperança. Em relação à educação, a expectativa para a EJA se concentrava em torno da viabilidade das ações com investimento público voltado para a educação dos jovens e adultos, em atendimento à demanda existente para essa modalidade de ensino. No período, no entanto, concretizaram-se as políticas públicas voltadas para a universalização do ensino para crianças e adolescentes.

Mais adiante, no ano de 1996, foi criado o *Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF)*<sup>7</sup>, regulamentado pela Lei Nº 9.424, de 1996, com regras claras de financiamento para o ensino fundamental. Por não ser contemplada com as fontes de financiamento, a EJA ficou secundarizada. Assim, os Estados e municípios foram desestimulados a ampliar a oferta dessa modalidade.

---

<sup>6</sup> O documento na íntegra encontra-se disponível em:< <http://unesdoc.unesco.org/images/>>.

<sup>7</sup> O FUNDEF foi implantado, nacionalmente, em 1º de janeiro de 1998, quando, a nova sistemática de redistribuição dos recursos destinados ao Ensino Fundamental passou a vigorar. A maior inovação do FUNDEF consiste na mudança da estrutura de financiamento do Ensino Fundamental (1ª a 8ª séries do antigo 1º grau) no País, ao subvincular uma parcela dos recursos a esse nível de ensino. Além disso, introduz novos critérios de distribuição e utilização dos recursos correspondentes, promovendo a partilha de recursos entre o Governo Estadual e os Governos Municipais de acordo com o número de alunos atendidos em cada rede de ensino. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 13 ago. 2017.

Outra uma vez, se escrevia na lápide da existência dessa modalidade a marginalização. Um constante caminhar para fora da pauta da agenda das reformas educacionais se estabelecia. Ao analisar a conjuntura política governamental da época e a educação, Frigotto (2002, p. 57 e 59) afirmou:

A partir da extinção da Fundação Educar em 1990 até 2002 não há efetivamente nenhuma política pública, com investimentos no campo educacional. No âmbito organizativo e institucional a educação básica, de direito social de todos, passa a ser cada vez mais encarada como um serviço prestado e adquirido no mercado ou na filantropia [...]. Nesse período, a política educacional brasileira esteve subordinada a doutrina dos organismos internacionais. [...] as reformas implementadas foram pautadas pelo desmonte da esfera dos direitos, da esfera pública e passam a produzir políticas de alívio à pobreza.

No contexto acima descrito, o Governo Federal, no tocante à Educação de Jovens e Adultos, alinhou as diretrizes educacionais ao modelo neoliberal de políticas estatais. Essa medida promoveu a diminuição da presença do Estado e de sua atuação nas políticas públicas e sociais, a partir da implementação de ações e programas focados em políticas compensatórias que encobriram a ausência de compromissos do Estado e de políticas públicas consolidadas.

Em síntese, na década de 1990, encontram-se, voltados para a alfabetização de jovens e adultos: o *Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC)*<sup>8</sup>; o *Programa Alfabetização Solidária (PAS)*; e o Programa Brasil Alfabetizado.

O *Programa Alfabetização Solidária (PAS)* ganhou visibilidade a partir de sua no ano de 1996, na V Conferência Internacional sobre Educação de Jovens e Adultos, em Hamburgo, na Alemanha. Essa Conferência contribuiu para o decênio da alfabetização, a partir de 1998, em homenagem ao educador Paulo Freire.

Segundo Haddad e Di Pierro (2000, p. 124), o PAS tratou-se de um programa de alfabetização “[...] com apenas cinco meses de duração, destinado prioritariamente ao público juvenil e aos municípios e periferias urbanas em que se encontram os índices mais elevados de analfabetismo do país”. Do tempo de duração, um mês destinava-se à formação dos alfabetizadores e os outros quatro para a efetivação da alfabetização.

Criado para atender os municípios com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) inferior a 0,5%, prioritariamente nas regiões Norte e Nordeste, o PAS assumiu como objetivo reduzir os índices de analfabetismo no Brasil, com foco nos jovens de

---

<sup>8</sup> Com duração de apenas um ano e sem implementação efetiva, o plano pretendia reduzir em 70% o número de analfabetos no país, nos 5 anos seguintes.

12 a 18 anos. Voltado a um grupo bem restrito, o programa reforçou a preferência das opções políticas do Brasil pela EJA, com a utilização de programas pontuais, aligeirados na execução, em lugar do investimento arrojado em políticas públicas sólidas consolidadoras do acesso, permanência, sucesso e efetivação da garantia do direito à educação das pessoas jovens e adultas.

A preocupação com a alfabetização de adultos encontra-se mencionada, em termos de políticas públicas, no primeiro *Plano Nacional de Educação (PNE)*. Ancorado na legislação brasileira e nos movimentos da sociedade civil, foi aprovado pela Lei nº 10.172/2001, para um período de dez anos (2001 – 2010). Com redefinição de princípios, diretrizes e estratégias de ação, previa erradicar o analfabetismo adulto em dez anos.

Destacam-se as seguintes metas voltadas à EJA, estabelecidas no PNE de 2001 (BRASIL, 2001, p.102-104):

Criação de programas com a finalidade de alfabetizar dez milhões de jovens e adultos, em cinco anos e, até o final da década, a superação dos índices de analfabetismo; Garantia da oferta, em cinco anos, de EJA equivalente às quatro séries iniciais do Ensino Fundamental para 50% da população de 15 anos e mais, que não tenha atingido esse nível de escolaridade; Inclusão, a partir da aprovação do PNE, da EJA nas formas de financiamento da Educação Básica.

O número de pessoas não alfabetizadas, mencionado anteriormente, comprova a ausência do cumprimento das metas do PNE, as quais não passaram do plano das intenções. Seus efeitos concretos, de fato, foram insuficientes na superação do analfabetismo. É válido ressaltar, ainda, o declínio da taxa de analfabetismo no país, os números caíram de 39,6%, em 1960, para os atuais 8,3% da população com 15 anos ou mais.

Observa-se como positiva a redução dos indicadores de analfabetismo, mas deve-se reconhecer a alfabetização como um direito de todos e dever do Estado. A garantia desse direito reclama ações efetivas, com bases duradouras, diferentes dos modelos vistos na trajetória histórica da educação de jovens e adultos no Brasil.

Ao trazer a lume a semente a ser germinada no terreno das políticas públicas da EJA, entendo: *A lição sabemos de cor*<sup>9</sup> - Ao longo do tempo, a história nos mostra a efetivação do direito à educação para todos os jovens e adultos, reivindica o desamarrar de muitos “nós atados” nas esferas social, econômica e cultural. Os esforços precisam garantir e consolidar o acesso e a permanência de jovens e

<sup>9</sup> Canção “Sol de Primavera”, composição de Beto Guedes e Ronaldo Bastos (1979).



adultos em projetos educativos de escolarização inicial e continuada, cúmplices do compromisso da formação e emancipação do ser humano.

## **2 A metodologia Freireana como farol para a emancipação dos oprimidos**

Paulo Freire ao ouvir os silêncios ensurdecadores dos esfarrapados e oprimidos, construiu ao longo de sua trajetória o respeito ao saber e à cultura populares e pedagogia transformadora, crítica e libertadora. Uma pedagogia do crescimento, na qual educadores e educandos descobrem-se como seres em formação, inacabados, que num movimento constante de busca educam-se durante toda a vida.

Freire defende (1996, p.36) “se o homem é o sujeito da sua própria educação, não é somente objeto dela; como sujeito inacabado não deve render-se, mas interrogar e questionar”. Para o educador pernambucano, que se contrapôs ao tradicional modelo educacional, embasado na transmissão mecânica de conteúdos, a educação precisa cumprir o seu papel como agente de conscientização, por isso, defende uma educação emancipadora e transformadora. A partir desse modelo associado à mobilidade, à problematização ele cria uma nova concepção de ensino, cujo foco está na abordagem dos conteúdos relacionados aos diversos contextos sociais e aos saberes da experiência da vida cotidiana dos sujeitos. Uma teoria de conhecimento que fundamenta a metodologia do seu método de alfabetização de adultos. Um método articulado com o objetivo de alfabetizar além das cartilhas, e contribuiu para a projeção de uma alfabetização de adultos voltada à democratização como prática histórica e social.

Encontramos na obra *Educação como Prática da Liberdade* (Freire, 1967) os pressupostos filosóficos e políticos do seu método de alfabetização de ensino para adultos. Estes pressupostos estão embasados em uma Educação Libertadora, como ato político e emancipatório do ser. Para Freire a educação e a democratização da cultura são elementos inseparáveis, como inseparáveis também são a democracia e a conscientização.

Em Freire (1980), a alfabetização é instrumento de conscientização. Esta deve ser desenvolvida na perspectiva dialógica e problematizada, pressupõe, portanto, a leitura do mundo e da palavra. Essa concepção de diálogo se entrelaça com sua concepção de cidadania, entendida como conquista do direito à participação na construção da vida social. Um processo além da leitura da palavra, carregado de significações a partir de problematização da realidade social.

A apropriação da leitura da palavra, no Método Paulo Freire, se dá em uma conjuntura discursiva de interlocução e interação social, na qual linguagens e realidade estão entrelaçadas, isso porque a alfabetização não se dá em um contexto neutro. É um processo de conscientização e uma forma de ação política. É, pois, um ato de conhecimento, emancipatório do sujeito, e não um ato benevolente de transferência de saberes.

Em seu livro *Pedagogia do Oprimido* (1987), o autor destaca o caráter eminentemente político da alfabetização, tendo como alvo de sua crítica a opção de educação bancária ou libertadora. Na opção bancária, Freire (1987, p. 34) esclarece:

O educador se põe frente aos educandos como sua antinomia necessária. Reconhece, na absolutização da ignorância daqueles a razão de sua existência. Os educandos, alienados, por sua vez, à maneira do escravo na dialética hegeliana, reconhecem em sua ignorância a razão da existência do educador, mas não chegam, não sequer ao modo do escravo naquela dialética, a descobrir-se educadores do educador.

Conforme o exposto, no modelo de educação bancária, os saberes são, então, doados pelos alfabetizadores e os alfabetizados os recebem de modo passivo e os arquivam. O oposto é visto na opção libertadora, nesse modelo a problematização se sobrepõe, o sujeito fala, critica, propõe e participa de forma ativa do seu processo de aprendizagem. Ele não é um mero espectador, mas um agente interveniente no mundo e protagonista de sua história. Observa-se, assim, em Freire (1987), o chamamento explícito para a importância da participação do homem na luta por sua humanização. Esse processo implica conquista de liberdade e autonomia do sujeito.

Nessa relação de dependência, o ato de educar torna-se, antes de tudo, potencializador do ato de libertação em comunhão entre os homens. Para Freire (1980), a concepção de diálogo se entrelaça com a de cidadania, entendida por ele como conquista do direito à participação na construção da vida social. Um processo além da leitura da palavra, carregado de significações, a partir de problematização da realidade social. “A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele” (FREIRE, 1989, p.09). O seu projeto de educação tem como base o respeito pelo sujeito aprendente, na conquista da autonomia e no diálogo como princípios metodológicos. A decifração da palavra emana da “leitura” do mundo particular dos sujeitos do/no mundo.

Em sua obra *Pedagogia do Oprimido* o autor mais uma vez nos inspira com a ideia do desenvolvimento da aprendizagem dialógica, processo capaz de perceber e

ler a história humana, contribuindo para a emancipação do ser e sua liberdade. O diálogo não é concebido somente como uma qualidade do modo humano de existir e agir, mas é a condição desse modo o que torna humano o homem.

O Método de Paulo Freire a partir da aprendizagem dialógica dá ênfase ao estudo de grupo. As salas de aula transformaram-se em fóruns de debate, com os Círculos de Cultura. O método tem início pelo levantamento do universo vocabular dos alunos, palavras e temas centrais da realidade social do educando. Para Freire (1987, p. 6), “estas palavras são chamadas geradoras porque, através da combinação de seus elementos básicos, propiciam a formação de outras”. Através do estudo das famílias silábicas que compunham as palavras geradoras, o alfabetizando apropriava-se do conhecimento do código escrito a partir da reflexão sobre sua história de vida.

Freire (1989) afirma que dar sentido ao signo escrito é o propósito primeiro do aprender a ler e escrever. Numa lógica mais ampla, alfabetização é um instrumento de conscientização desenvolvido na perspectiva dialógica e problematizada, não é apenas se apropriar de uma técnica do código escrito, mas ir além. Freire (1989, p. 7) enfatiza:

A leitura da palavra é sempre precedida da leitura do mundo. E aprender a ler, a escrever, alfabetizar-se é, antes de mais nada, aprender a ler o mundo, compreender o seu contexto, não numa manipulação mecânica de palavras, mas numa relação dinâmica que vincula linguagem e realidade. Ademais, a aprendizagem da leitura e a alfabetização são atos de educação e educação é um ato fundamentalmente político.

Na citação, o autor, remete a profícuas discussões sobre o processo de aprendizado da leitura. Portanto, relevante para os objetivos deste trabalho, por nos ajudar na compreensão do conceito de alfabetização. Ao dar ênfase ao compromisso político que a educação deve assumir, Freire (1967) nos faz refletir sobre o sentido do aprender a ler não se limitar apenas a decifração de signos gráficos, pois a educação e a democratização da cultura são elementos inseparáveis, como inseparáveis também são a democracia e a conscientização. O ato de educar torna-se, antes de tudo, desenvolvedor do ato de libertação em comunhão entre os homens. A emancipação é entendida por Freire como um estágio de modificação da vida do sujeito e, ao falarmos sobre a emancipação humana, é fundamental termos como parâmetro a necessidade de ruptura do sistema vigente, em nosso caso, do sistema capitalista. Emancipar o sujeito é libertá-lo da opressão e dominação de classe.

Na concepção de Paulo Freire, o sujeito aprendente não é um mero espectador, mas um agente interveniente no mundo e protagonista de sua história. Observa-se em Freire (1987), o chamamento explícito do autor para a importância da participação do homem na luta por sua humanização. Esse processo de luta implica conquista de liberdade e autonomia do sujeito. Há ainda na obra *Pedagogia do Oprimido* um estudo profundo e conteúdos raros e fundamentos para a existência da realidade da emancipação. Freire propõe a pedagogia do oprimido como possibilidade real, pois, por meio do diálogo, possibilita a emancipação.

Em sua obra *Pedagogia do Oprimido* o autor mais uma vez nos inspira com a ideia do desenvolvimento da aprendizagem dialógica, processo capaz de perceber e ler a história humana, contribuindo para a emancipação do ser e sua liberdade.

Nesse farol, as proposições apresentadas por Freire nas obras *Ação Cultural Para a Libertação* (1981), *Pedagogia do Oprimido* (1987), *Pedagogia da Autonomia* (1996) reportam-se a uma abordagem pedagógica capaz de contribuir para a formação de indivíduos conscientes, críticos, reflexivos e autônomos. O autor sinaliza o aspecto político da educação, aqui já mencionado, com vistas à conscientização dos indivíduos e nos ajuda a pensar no empoderamento, em seu sentido transformador e emancipatório. Conforme o ideário freireano o empoderamento é um processo absolutamente necessário para o processo de transformação social. Os sujeitos por meio da educação, se descobrem como homens no mundo e potencialmente capazes de transformar a realidade.

Na obra *Pedagogia da Autonomia*, Freire (1996, p.61) acrescenta que, “[...] como experiência especificamente humana, a educação é uma forma de intervenção no mundo.” Novamente a educação é citada como algo particularmente humano e como um modo de interferir na realidade, o que combina com a ideia de ação-reflexão humana para a transformação do mundo. Freire compreende a educação como ferramenta importante para que os oprimidos se libertem dos opressores. Em sua concepção, a emancipação passa a ser fundamentalmente uma tarefa educacional, direcionada especificamente para a práxis pedagógica. Proposta de conscientização e luta produzido por sujeitos coletivos organizados.

A partir do ideário freireano afirma-se que a emancipação humana é essencialmente revolucionária. Nesse sentido, no modelo de educação voltado a privilegiar o conhecimento emancipatório o papel da educação transcende ao mero caráter técnico formatadas na base de uma lógica cartesiana e positivista. Seria função da educação escolar capacitar os estudantes para estes passarem de “uma concepção fragmentária, incoerente, desarticulada, implícita, degradada, mecânica,

passiva e simplista a uma concepção unitária, coerente, articulada, explícita, original, intencional, ativa e cultivada” (SAVIANI, 1989, p. 10).

Nesse contexto, cada aspecto da realidade carrega em si o potencial do seu contrário. A educação possui um caráter libertador ou opressivo, ela pode colaborar para a (auto)formação dos sujeitos ou silenciar suas vozes. Em nosso país, as políticas educacionais, voltadas para a EJA em suas formulações sobretudo, na construção semântica, apresentam em seu bojo a emancipação humana e a escola destinada à promoção do homem, instituição partícipe do projeto de emancipação humana. Contudo, desenvolvem-se a partir uma perspectiva mecanicista e pouco emancipatória.

Uma educação contribuinte para à apropriação do conhecimento precisa se nutrir, necessariamente, de uma pedagogia da esperança e da ousadia para combater a pedagogia do silêncio. Importa não apenas a educação pensar ou postular a emancipação humana, mas, sobretudo, vivê-la nas práticas educacionais.

O processo emancipatório acontece de uma intencionalidade política que assume um futuro voltado para transformação social. Em sua proposta de educação libertadora e dialógica, o educando não pode ser concebido como mero depósito que recebe, guarda na memória e repete o conteúdo comunicado. Conhecer é muito mais que assimilar conteúdos universalmente construídos, é expressão e comunicação. “É estabelecer relações, formar vínculos. [...] é impossível dar-se o conhecimento humano”. (FREIRE, 1983, p. 65)

Reduzir o ato de aprender ao mero ato mecânico de memorizar informações é negar a essência histórica e social do homem. O aprendizado acontece na interação, nas relações sociais. Isso permite reafirmar, no caso brasileiro estamos vivendo um horizonte pouco promissor para a concretização do modelo de educação dialógico e emancipatório do ser nas nossas escolas, permeadas pelo silenciamento dos educandos, vistos como objetos ou recipientes vazios.

No modelo emancipatório, pautado no diálogo, o homem se constrói, critica sua vida e aprende com os outros, exigindo a participação destes pela indagação, contestação, sugestão, que possibilitaria uma autêntica apropriação da realidade concreta. A dialogicidade freireana tem um caráter político, humanizante e contribui para a formação crítica e consciente dos sujeitos. Nesse processo de maior apropriação da realidade, se objetiva a formação de homens que irão lutar pela transformação social. “Para a educação problematizadora, enquanto um que fazer humanista e libertador, o importante está, em que os homens submetidos à dominação, lutem por sua emancipação.” (FREIRE, 1987, p. 43). A construção de

um modelo educacional emancipatório é uma prática contra-hegemônica, que deve ser entendida e praticada como a educação para a libertação.

### 3 Notas conclusivas

Neste texto refletiu-se sobre a relação entre a alfabetização de jovens e adultos e o sentido da educação emancipatória a partir dos postulados de Paulo Freire, enfatizando a EJA pautada no diálogo e problematização como um ato político, agente de conscientização e potencializadora da emancipação do ser.

Ao percorremos as trilhas das políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos promovidas pelo Governo Federal da década de 1990 até os dias atuais, pode-se perceber o quanto o campo dessa modalidade abriga desafios. A análise proposta neste texto revela a necessidade do desamarrar de muitos “nós atados” nas esferas social, econômica e cultural, em relação ao direito à educação para todos.

A semente a ser germinada no terreno da educação brasileira perseguida por Paulo Freire há mais de meio século, remete-nos ao papel transformador da educação de jovens e adultos, esta como um ato político, agente de conscientização e potencializadora da emancipação do ser. Ao propor uma educação libertadora/problematizadora mediatizada pelo diálogo e valorização da cultura, em seu método de alfabetização para adultos, Freire nos mostra que a educação e emancipação humana estão entrelaçados, sobretudo pela característica revolucionária do conhecimento, quando este serve à compreensão da realidade em sua concreticidade. O caminho da emancipação humana é uma prática contra hegemônica e tarefa do ser humano histórico e social.

Esperamos, nesse sentido, ter apontados elementos e práticas que nos possibilitem engendrar uma formação encarnada na educação promotora da emancipação humana. Um modelo que pode ser cimentado na vida de homens e mulheres histórica e socialmente cheios de dores e ausências. Os horizontes educativos e emancipatórios relidos à luz do ideário freireano nos permitem afirmar: o pensamento freireano mostra-se muito atual, principalmente no contexto brasileiro dos últimos tempos. Neste momento difícil no que diz respeito à conjuntura política, marcado por rupturas e reinstalação de “velhas” práticas que impactam de modo direto e negativo na efetivação das políticas públicas e direitos sociais, a teoria sócio-política-educativa freireana nos permite uma melhor compreensão de como funcionam esses processos sociais de dominação. Portanto, trazer Paulo Freire ao centro do debate, beber em fonte que tematiza a libertação, a criticidade e o diálogo,

além de uma resposta necessária à construção da emancipação humana é uma forma de resistência contra a barbárie.

### Referências

BRASIL. *Constituição da República Federativa (1988)*. Brasília, 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 05 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*: dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 05 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001*: aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, 2001. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 05 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Síntese de indicadores (2007/2015)*. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

\_\_\_\_\_. *Conscientização*. São Paulo, Moraes, 1980.

\_\_\_\_\_. *Extensão ou Comunicação?* 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

\_\_\_\_\_. *A importância do ato de ler em: três artigos que se completam*. São Paulo: Cortez, 1989.

\_\_\_\_\_. *A Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981-2005.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 25 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e a construção democrática no Brasil: da ditadura civil-militar à ditadura do capital. In: ALGEBAILLE, Eveline Bertino. *Democracia e Construção do Público no pensamento educacional brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 2002.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. Escolarização de Jovens e Adultos. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, v. 13, n.37, p.108-130. maio/ago. 2000.

SAVIANI, Dermeval. *Sobre a concepção de politecnicidade*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 1989.

UNESCO. Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*. UNESCO: Jomtien, 1990.

VALE, José Misael Ferreira do. Uma aposta no professor. In: KOBAYASHI, Maria do Carmo Monteiro. (Org.). *Educação de Jovens e adultos UNESP/ALFASOL: contextos e práticas*. 1.ed. Bauru: Canal6, 2008.